

27 JAN 1994

O Itamaraty vê-se diante da tarefa quase impossível: defender os interesses brasileiros sem ter a colaboração do Senado, que toma decisões que afetam a política externa. Num mundo interdependente — estejamos de acordo com isso ou não —, muitas decisões sobre política interna acabam se transformando em parte do contencioso com outras nações, às vezes mais poderosas que o Brasil, que podem impor condições num processo de negociação.

No Senado tramitam dois assuntos que afetam sobremaneira nosso relacionamento com os Estados Unidos: a aprovação dos acordos entre Brasil e Argentina e o quadripartite entre Brasil, Argentina, a agência nuclear criada pelos dois governos e a Agência Internacional de Energia Atômica, todos sobre a fiscalização internacional do programa nuclear brasileiro; e a apro-

vação da lei sobre patentes. O atraso na aprovação dos acordos produziu os efeitos negativos possíveis. Agora, apenas uma ação muito expedita da Chancelaria poderá fazer crer aos membros do seletivo clube nuclear que o Brasil não tem segundas intenções ao desenvolver seu projeto nuclear. Os prejuízos causados pelo retardamento na aprovação desses acordos afetam a imagem da diplomacia brasileira, causam desgaste no relacionamento com o clube nuclear, mas não prejudicam imediatamente interesses econômicos do País. A não votação da lei sobre propriedade intelectual tem duplo efeito negativo: afeta a imagem da diplomacia e prejudica materialmente o Brasil.

O Senado parece não se dar conta de que o governo norte-americano, obedecendo às leis internas dos Estados Unidos e sujeito, sem sombra de dúvida, a pressões razoáveis,

fixou o mês de fevereiro para verificar se a legislação sobre propriedade intelectual em vigor no Brasil atende a alguns requisitos, ou não. Em caso negativo, aplicará sanções sobre importações do Brasil. O problema que se coloca para a Chancelaria brasileira —

que no início do mês enviará a Washington o secretário-geral do Itamaraty, a fim de tentar mais uma vez conseguir adiar o julgamento da questão — é que a posição norte-americana chega, às vezes, a equiparar-se à de alguns setores industriais brasileiros, isto é, a ser cega às realidades.

Da parte desses setores nacionais, a cegueira vem do fato de que a globalização da economia não fez

todos os Estados iguais em poder. Ao contrário, acentuou a diferença entre eles. Da parte dos norte-americanos, a quase obnubilação decorre do fato de não admitirem que também o governo brasileiro sofre pressões e também tem em vista os interesses nacionais que representa.

O que importa ter presente, enquanto os norte-americanos não tomam decisões, é que o Senado, se quer influenciar a política externa, deve agir. Não pode se apoiar numa retórica

**Não se pode fazer política, muito menos externa, por omissão. O Senado deve dizer o que quer**

ultrapassada e se recusar a votar o que está na pauta do Itamaraty. Não se faz política, muito menos externa, por omissão — especialmente quando do outro lado da mesa está alguém que quer ação e pode exigir-la, aplicando sanções.